

## Um ordena, outro obedece: o poder disciplinar no discurso das teorias clássicas da administração

**BATISTA, FRANCISCA DA  
ROCHA BARROS**  
fran2.barros@gmail.com

Professora de Língua Portuguesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí- IFPI  
Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Linguística, Literatura e Ensino (NUPLLE)-IFPI

**PALAVRAS-CHAVE:**  
análise do discurso;  
poder;  
teorias clássicas;  
vocabulário.

**RESUMO:** Este artigo analisa as noções de poder no discurso das Teorias Clássicas da Administração, de modo a identificar prováveis relações entre a linguagem usada na esfera organizacional e o contexto sociopolítico. Este estudo é relevante pela possibilidade de se desvelar concepções de poder no discurso dessas teorias difundidas no meio acadêmico-científico. Fundamenta este trabalho a Análise Crítica do Discurso - ACD, especialmente os estudos de Fairclough (2001a, 2001b e 2003), Chouliaraki e Fairclough (1999), e de autores que aprofundam conceitos de poder, dominação, ideologia e hegemonia, a exemplo de Foucault (2002, 2005 e 2011) e Thompson (2011). De natureza qualitativa e documental, esta pesquisa analisa doze fragmentos, que constituem conceitos e princípios importantes das Teorias Clássicas, alicerçando-se na Teoria Social do Discurso, estudando o vocabulário com foco no sentido das palavras, nas lexicalizações e na metáfora. Ao final da análise, constatou-se que a noção de poder disciplinar, ou de dominação, permeia o vocabulário eleito por Taylor e Fayol, e que esta escolha relaciona-se ao contexto da sociedade industrial capitalista, de base mecânica, que favorece a manutenção da hegemonia dentro das organizações.

**KEYWORDS:**  
discourse analysis;  
power;  
classical theories;  
vocabulary.

**ABSTRACT:** This article analyses the notions of power in the discourse of Classical Theories of Management, in order to identify probable relations between the language used in the organizational sphere and the socio-political context. This study is relevant because of the possibility of unveiling conceptions of power in the discourse of these widespread theories in the academic and scientific circles. The theories on which the analysis was supported were the Critical Discourse Analysis - ACD, especially the studies of Fairclough (2001a, 2001b, 2003), Chouliaraki and Fairclough (1999), and authors that deepen the concepts of power, domination, ideology and hegemony, such as Foucault (2002, 2005, 2011) and Thompson (2011). It is a qualitative and documental research that examines twelve snippets that constitute important concepts and principles of the Classical Theories basing on the Social Discourse Theory, investigating the vocabulary focusing on both the meaning

of the words and lexicalizations and also in the metaphor. It was found that the notion of disciplinary power or domination permeates the elected vocabulary by Taylor and Fayol, and that this choice is related to the context of the capitalist industrial society of mechanical base, which favors the maintenance of hegemony within organizations.

## 1. INTRODUÇÃO

Hoje, todas as áreas que elegem o discurso como objeto de estudo concebem a linguagem como prática social. Nesse contexto, várias são as perspectivas teórico-metodológicas utilizadas na análise dos discursos, escolhidas de acordo com o que se pretende analisar e com a concepção que se tem sobre discurso.

Para Fairclough (2001b), a prática discursiva é uma manifestação particular da prática social, o que esclarece a não oposição entre as duas. A prática social contribui para reproduzir a sociedade, mas também pode ajudar a transformá-la. Desse modo, uma análise nessa perspectiva deve considerar a relação entre discurso e estrutura social como dialética.

As práticas discursivas de diversos setores exercem fascínio sobre estudiosos que se aventuram a tentar desvendar os “mistérios” dessas práticas. E essa curiosidade também existe com relação à linguagem difundida no meio acadêmico-científico, que constitui um meio de produção e de controle social no mundo contemporâneo. Desse modo, sabendo-se que o discurso das Teorias Clássicas da Administração é difundido em todos os cursos de Graduação da área de Administração e até mesmo nos cursos de nível básico dessa área, decidiu-se analisar este discurso. É oportuno registrar que o discurso da área organizacional, em particular os conceitos de liderança, constituiu objeto da tese de doutorado da autora desta pesquisa, e que alguns dos trechos de autoria de Fayol analisados aqui também constam na investigação da referida tese. Como na ocasião, o discurso de Taylor não foi incluído na análise, este artigo tenta preencher a lacuna, ao analisar um aspecto do discurso dos dois expoentes das Teorias Clássicas da Administração.

De acordo com Fairclough (2001b), a análise crítica de qualquer discurso não pode ocorrer dissociada das outras práticas sociais que compreendem o contexto no qual esse discurso é produzido, uma vez que para a ACD o contexto representa uma dimensão fundamental na análise do discurso. Isto significa que a relação entre discurso e prática social é dialética.

Este posicionamento dos analistas críticos do discurso sobre a linguagem justifica o interesse pela relação que há entre linguagem e poder. Nesse sentido, Wodak (2003) afirma que a ACD pode ser definida como uma disciplina que se ocupa, potencialmente, de análises sobre os modos como as relações de dominação, de discriminação, de poder e de controle estabelecem-se através da linguagem. Nessa abordagem, a linguagem constitui-se instrumento de dominação e de força social, a serviço da legitimação das relações de poder estabelecidas institucionalmente, o que se acredita não ser diferente no campo das organizações.

Desse modo, esta pesquisa **objetivou analisar as noções de poder que permeiam os discursos das teorias clássicas da Administração, buscando identificar prováveis relações entre o discurso e o contexto socioeconômico e cultural.** Para a consecução desse objetivo, mapearam-se conceitos que, de algum modo, relacionam-se com poder, tais como, conceitos de autoridade, de chefe, de supervisores e de operários, constantes nos estudos de Taylor e de Fayol. Desse mapeamento, elegeram-se doze excertos para proceder-se à análise textual/discursiva.

Este trabalho alicerçou-se na abordagem teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso - ACD, especialmente os estudos de Fairclough (1999, 2001a, 2001b, 2003), Chouliaraki e Fairclough (1999), e de autores que aprofundam conceitos imprescindíveis para essa abordagem interdisciplinar – a exemplo de Foucault (1984, 2005 e 2011), Thompson (2011), na tentativa de responder aos seguintes questionamentos: quais as concepções de poder que norteiam o discurso das teorias clássicas da Administração? Essa(s) concepção(ões) de poder relaciona(m)se às práticas sociais e culturais do mundo organizacional?

## **2. ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: RELAÇÃO DIALÉTICA ENTRE DISCURSO E PRÁTICA SOCIAL**

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é uma abordagem teórico-metodológica, de caráter transdisciplinar, situada na interface entre a Linguística e a Ciência Social Crítica (CSC), aberta

ao estudo de diversas práticas sociais. Assim, a ACD recorre a conceitos de outras áreas, tais como, o conceito de hegemonia, de Gramsci; a concepção de estrutura social, de Giddens, a concepção de discurso e de poder de Foucault, o conceito de práticas sociais, de Harvey, de ideologia, de Thompson e de intertextualidade, de Bakhtin, entre outros conceitos e autores, a fim de dar conta da interação entre discurso e estruturas sociais, bem como do modo como os textos são produzidos e interpretados.

Para Wodak (2003), a ACD estuda a linguagem como prática social, considerando o contexto de uso como crucial, e elegendo a relação entre a linguagem e o poder como foco de interesse. Assim, a ACD ocupa-se, fundamentalmente, de investigar de que modo as relações de dominação, discriminação, poder e controle se manifestam através da linguagem, sejam essas relações opacas ou transparentes. Fairclough (2003) amplia o diálogo teórico com a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), propondo uma articulação entre as macrofunções de Halliday e os três elementos da ordem do discurso (gênero, discurso e estilo), sugerindo, no lugar das funções da linguagem, três principais tipos de significado: o significado acional, o significado representacional e o significado identificacional. Observa-se que essa proposta incide sobre a modificação que ele operou anteriormente na proposta de Halliday.

A respeito da operacionalização desses significados, Fairclough (2003b) destaca que a noção de multifuncionalidade da LSF é mantida, uma vez que os três significados atuam simultaneamente em todo enunciado. O autor esclarece que o discurso apresenta-se, principalmente, de três maneiras como parte de práticas sociais, na relação entre textos e eventos: como modos de agir, como modos de representar e como modos de ser.

A cada um desses modos de interação entre discurso e prática social corresponde um tipo de significado: o significado acional – ligado ao gênero – foca o texto como modo de (inter) ação em eventos sociais, aproxima-se da função relacional, uma vez que a ação legítima ou questiona relações sociais; o significado representacional – ligado ao discurso – enfatiza a representação de aspectos no mundo (físico, mental, social), em textos, relacionando-se à

função ideacional; o significado identificacional – ligado ao estilo – relaciona-se à construção e à negociação de identidades no discurso, referindo-se à função identitária da linguagem. Esses três significados discutidos – ação, representação e identificação – assim como o de ordem de discurso, relacionam-se ao eixo do poder, ao eixo do saber e ao eixo da ética, sustentáculos da obra de Foucault (1994).

Nesta pesquisa, enfatizou-se o significado representacional, numa tentativa de se descobrir de que maneira e até que ponto o vocabulário utilizado no discurso das teorias clássicas da Administração, como modo particular de representar aspectos do mundo organizacional, implica controle sobre as coisas e conhecimento dessa esfera, questionando se as maneiras particulares de identificação e de disseminação do vocabulário que constituem esses discursos não são tentativas de manter a hegemonia.

### **2.1. DISCURSO E PRÁTICAS SOCIAIS: PODER, IDEOLOGIA E HEGEMONIA**

Fairclough (2001a; 2001b) observa que conceber o discurso como uma forma de prática social implica, primeiramente, que esse uso é um modo de ação e, em segundo lugar, que ele é sempre um modo de ação social e historicamente situado, numa relação dialética com outros aspectos de seu contexto social. Nessa visão, toda prática social é formada de elementos que se articulam e não podem ser reduzidos um ao outro. Nesse caso, o discurso é apenas um dos momentos da prática social.

Salienta-se que essa concepção tem suas bases em Foucault, em quem Fairclough busca inspiração para a construção da Teoria Social do discurso. A análise, na dimensão da prática social, formulada por Fairclough (2001b), funda-se no conceito de ideologia e especialmente no conceito de hegemonia, significando um modo de dominação baseado em alianças, na congregação de subordinados e na geração de consentimentos. Além disso, a organização de práticas discursivas em modos particulares nas ordens de discurso, nas quais se cristaliza e ganha aceitação, pode ser considerada uma forma de hegemonia.

No que diz respeito à ideologia, Fairclough (2001b p. 117) entende que as ideologias contidas nas práticas discursivas tornam-se muito eficazes quando se naturalizam e alcançam o status de senso comum. Nessa concepção, estudar a ideologia corresponde a estudar de que maneiras a significação é usada para manter relações de dominação (Thompson 2011; Eagleton, 1997). Desse modo, as crenças e os valores próprios de um poder dominante podem promover a legitimação desse poder, isto é, essas crenças e esses valores podem naturalizar-se e universalizar-se de tal modo que se tornam autoevidentes e aparentemente inevitáveis, por meio da depreciação das ideias que os contestam, da omissão dos pensamentos que lhes são contrários e pelo mascaramento do real.

Nesse sentido, a maneira como as práticas discursivas representam a realidade e posicionam os sujeitos pode contribuir para a produção e a reprodução de relações de poder desiguais. Consoante Gouveia, o caráter de princípio estruturante da realidade que se associa ao poder é que evidencia a relação das questões de poder e de ideologia com o discurso. Enquanto prática social, o discurso mantém relação dialética com a estrutura social, “na medida em que se afirma como um dos princípios estruturadores, ao mesmo tempo em que é por ela estruturado e condicionado” (Gouveia, 2002, p. 340).

Prosseguindo, Gouveia destaca o fato de que, para Fairclough, adotar objetivos críticos implica analisar as interações sociais, concebendo-as como fenômenos dialeticamente associados às estruturas sociais, uma vez que esses são acentuadamente determinados por elas, ao mesmo tempo em que atuam sobre elas. Como, na maioria das vezes, os participantes das interações sociais não percebem essa determinação e muito menos os efeitos produzidos, é responsabilidade da análise relacionar o evento discursivo ao social, de modo a “desnaturalizar” o que foi “naturalizado”. Esse modelo de análise proposto por Fairclough contraria a “des-socialização” da linguagem e do discurso, própria dos que se preocupam apenas com a descrição linguística, sem atentar para o “lugar do discurso nas matrizes institucionais que o enformam e informam”, acentua Gouveia (2002, p. 342).

Fairclough (2001b) afirma que a ideologia está implícita nas formas de ver, pensar, compreender, recriar ou desafiar as maneiras de falar e de agir, uma vez que perpassa todas as práticas discursivas e sociais dos indivíduos. Assim, caso alguém se conscientize de que um determinado aspecto do senso comum, aparentemente natural, está a serviço da sustentação de desigualdades de poder em detrimento de si próprio, esse aspecto pode perder a força de sustentar desigualdades, ou seja, pode deixar de funcionar ideologicamente.

O pensamento de Foucault (2005) é fundamental para o enriquecimento dessa questão. Em **A ordem do discurso**, esse autor, concebendo o discurso como prática social, defende que:

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu conhecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (Foucault 2005, p.8-9).

Nesse trecho, Foucault explicita a face “negativa” do poder, que também aparece quando o autor se refere ao objetivo econômico e político do poder. O interesse básico do poder, para Foucault, não é exilar os homens da vida social, ou impedi-los de suas atividades, mas gerenciar suas vidas, controlar suas ações, a fim de que se aproveite o máximo deles.

Esse objetivo consiste no aumento do resultado prático do trabalho dos indivíduos, ou seja, em transformar os homens em força de trabalho, atribuindo-lhes uma “utilidade econômica máxima” (Machado, 2011).

Essa análise da noção de poder defendida por Foucault refere-se ao poder disciplinar, concepção resultante da análise feita pelo autor das transformações ocorridas no modo de se executar as punições na passagem do século XVII para o século XVIII. Foucault identificou uma transição da física para a microfísica, em outras palavras, o poder transferiu-se do corpo do soberano para os corpos dos súditos, porém, não na acepção de mutilá-los ou matá-los, mas no sentido de utilizá-los.



Salienta-se que, conforme Foucault (2002), não se pode dissociar o poder disciplinar de um processo de adestramento. Para esse filósofo, a função primordial desse tipo de poder é “ades-trar”, ou seja, primeiro ele adestra para, posteriormente, retirar e se apropriar mais e melhor. E os indivíduos, cujo perfil serviria ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial capitalista, seriam frutos desse adestramento.

O conceito de poder social, desenvolvido por Marx e Engels (2006), também se mostra re-levante para esta discussão. O conceito de poder social relaciona-se à cooperação. Este poder corresponde à força de produção multiplicada, que nasce da cooperação dos diversos indiví-duos, condicionada na divisão do trabalho. Como a cooperação é natural, esse poder surge para esses indivíduos, não como seu próprio poder conjugado, mas como uma força alheia que existe exterior a eles, da qual não conhecem a origem nem o fim, e que eles, portanto, já não podem dominar e que, pelo contrário, percorre uma série peculiar de fases e estágios de desenvolvimento independente da vontade e do esforço dos homens, haja vista que é essa força estranha que dirige essa vontade e esse esforço.

Em sentido oposto à cooperação, surge a divisão do trabalho. De acordo com Marx e Engels (2006, p. 43), a divisão do trabalho tem efeito contrário à cooperação, pois, nesse sistema, “cada homem tem um círculo de atividade determinado e exclusivo que lhe é imposto e do qual não pode sair; será sempre caçador, pescador, pastor ou crítico, e terá que continuar a sê-lo se não quiser perder os meios de subsistência”. Assim, em vez de a ação do homem constituir-se um poder a favor do próprio homem, torna-se um poder que o subjuga.

Quanto à concepção que Weber (1992) tem sobre poder, o autor acredita que o conceito so-ciológico de dominação seja mais preciso, uma vez que pode significar somente a possibilidade de que o comando será obedecido.

Srouf (1998) traça uma diferença entre influência e poder. A influência – capacidade que existe na dimensão simbólica – consiste em fazer com que outras pessoas façam o que nos con-vém ou o que nos parece correto que se faça, sem que façamos o uso da força. Ao contrário, o

poder confere às pessoas que o detém a capacidade de se fazerem obedecer, mesmo que esses não concordem ou consintam com o que lhe é ordenado. Em síntese, para Srouf, o poder resume-se apenas a uma face negativa.

A metáfora do jogo de xadrez é utilizada por Stoner e Freeman para ilustrar a liderança baseada na face negativa do poder. Para eles, esse tipo de liderança vê as pessoas como pouco mais do que peões de xadrez a serem usados ou sacrificados de acordo com a necessidade.

Segundo Robbins (1999, p. 249), esta face negativa do poder é denominada poder coercitivo, cujo objetivo é conseguir o que se quer, apoiado na ameaça ou na aplicação de sanções físicas, como infligir dor, gerar frustração através de restrições de movimento ou de controle à força de necessidades básicas fisiológicas ou de segurança. O poder coercitivo equivale, portanto, ao poder disciplinar, de Foucault.

## 2.2. ANÁLISE TEXTUAL/DISCURSIVA: CATEGORIAS ANALÍTICAS

A Teoria Social do Discurso proposta por Fairclough (2001b) sugere uma análise tridimensional do discurso: como texto, prática discursiva e prática social. Posteriormente, Chouliaraki e Fairclough (1999) apresentaram um enquadre no qual, embora mantenham as três dimensões do discurso da proposta anterior, privilegiam a análise da prática social.

A análise textual/discursiva proposta por Fairclough (2001b) pode ser organizada em quatro categorias: **vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual**.

Ressalta-se, porém, que haja vista a natureza deste estudo, contemplou-se o vocabulário. Sobre a análise desta categoria, Fairclough (2001b) alerta que várias são as estratégias para analisá-la, no entanto, previne para o perigo de se conceber uma língua como um vocabulário registrado no dicionário, dissociando-o de sua natureza social.

Ainda de acordo com este autor, a análise do vocabulário pode abranger três focos, a saber: o primeiro foco incide sobre as **lexicalizações alternativas** e seu significado para a política e a

ideologia, a exemplo das relexicalizações dos domínios da experiência como componentes de lutas sociais e políticas, ou o modo como determinados domínios são mais lexicalizados que outros. O segundo foco aponta para o **sentido da palavra**, particularmente, de que modo os sentidos das palavras entram em disputas dentro de lutas mais abrangentes. A **metáfora** é o terceiro foco apontado pelo autor, que salienta a implicação política e ideológica de metáforas particulares e também sobre o conflito entre metáforas alternativas.

No que se refere às **lexicalizações alternativas**, Fairclough (2001b, p. 230) enfatiza o fato de a relação existente entre palavra e significado ser “de muitos-para-um e não de um-para-um”, nas duas direções, isto é, as palavras possuem tipicamente uma variedade de significados e eles são lexicalizados tipicamente de diversas maneiras. Sobre isto, o próprio autor observa que esse aspecto é um pouco enganoso, uma vez que lexicalizações diferentes remetem a sentidos diferentes.

Apesar de Fairclough afirmar que no “sentido real, quando se troca a palavra também se troca o significado”, o autor chama a atenção para que, ao enfatizarmos o processo ativo da significação/constituição da realidade, não se ignore o fato de que a constituição discursiva da sociedade “não emana de um livre jogo de ideias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas” (Fairclough, 2001b, p. 93).

Com relação à categoria **sentido da palavra**, consideramos pertinente a afirmação de Fairclough (2001b, p.105), para quem “as estruturações particulares das relações entre palavras e das relações entre os sentidos de uma palavra são formas de hegemonia”.

As palavras possuem vários significados, que são lexicalizados de diversos modos, portanto, os produtores têm um leque de escolhas sobre como usar uma palavra e os intérpretes precisam decidir sobre como interpretar as escolhas realizadas pelos produtores. É pertinente ressaltar que essas escolhas não são de natureza individual, ao contrário, tanto os significados como as lexicalizações de palavras constituem aspectos “variáveis socialmente e socialmente

contestados, e facetas de processos sociais e culturais mais amplos”, adverte Fairclough (2001b, p. 230).

O próprio autor salienta que, na análise tridimensional proposta por ele, algumas categorias são, aparentemente, orientadas para formas linguísticas, enquanto outras, para os sentidos. No entanto, essa distinção pode ser enganosa, uma vez que ao se analisarem textos sempre se investigam, concomitantemente, questões de forma e questões de significado. Prosseguindo, o autor assinala o fato de que, na nomenclatura de grande parte da linguística e da semiótica do século XX, analisam-se signos, isto é, palavras ou sequências mais longas de texto compostas de um significado combinado com uma forma, ou de um significado combinado com um significante.

É válido lembrar a ênfase dada por Saussure e outros linguistas à natureza arbitrária do signo, ou seja, à noção de que não existe um fundamento motivador ou racional para que se combine um significante com um significado particular. Contrárias a essa concepção, perspectivas críticas da análise de discurso advogam que os signos “são socialmente motivados, isto é, que há razões sociais para combinar significantes particulares a significados particulares” (Fairclough, 2001a, p. 103).

Referindo-se à existência dessa variedade de meios para se expressar um significado, Fairclough salienta que isto não quer dizer que os significados sejam outorgados antes de serem colocados em palavras de diversos modos e nem que esses são invariáveis em muitas palavras. Recorrendo a Kristeva (1986), o autor defende que seria muito mais profícuo afirmar que existem diversas maneiras de significar ou de atribuir sentido a campos particulares de experiência, isto é, “interpretar de uma forma particular, de uma perspectiva teórica, cultural ou ideológica particular” (Fairclough, 2001a, p. 236). As lexicalizações são condicionadas às perspectivas que temos sobre os domínios da experiência, ou seja, concepções diferentes dos domínios da experiência implicam também diferentes lexicalizações.

Na prática, esse estudioso utiliza o termo “significado-potencial” para se referir ao arsenal de significados convencionais atribuídos, pelos dicionários, a uma palavra. Ao analisar essa concepção de significado representada pelos dicionários, Fairclough (2001b, p. 231) defende que o significado potencial é estável” e que “os significados no interior do significado potencial de uma palavra estão numa relação de complementaridade [...] e são mutuamente exclusivos”, apesar de funcionarem bem em algumas situações, em outras, podem ser enganosas, principalmente quando as palavras e significados analisados estão implicados em processos de contestação e mudança social.

A respeito da **metáfora**, ressalta-se que estas não funcionam simplesmente como recursos estilísticos superficiais para enfeitar discursos. Quando escolhemos uma metáfora e não outra para significar uma determinada coisa, construímos nossa realidade de uma maneira e não de outra (Fairclough, 2001b; Lakoff; Johnson, 2012). Isso significa que a escolha da metáfora determina o modo como construímos nossa realidade. A maneira como um domínio particular da experiência é metaforizado, segundo Fairclough, constitui-se um dos traços definidores no interior das práticas discursivas e além dessas práticas. Daí o fato de mudanças na metaforização da realidade implicarem mudanças culturais e sociais significativas.

Um aspecto essencial para este estudo é que, da mesma maneira que a sistematicidade nos permite compreender uma coisa em termos de outra, também nos permite ocultar outros aspectos do conceito em questão. Nesse sentido, Morgan (2006, p. 23) afirma que “a metáfora é inerentemente paradoxal, à medida que a maneira de ver criada por uma metáfora se torna uma maneira de não ver”. Daí a importância de atentarmos para os detalhes da metáfora, a fim desvelarmos o que pode estar escondido em determinada expressão metafórica.

### **3. TAYLOR E FAYOL: O VOCABULÁRIO DO PODER DISCIPLINAR**

Não obstante as diversas categorias de análise sugeridas por Fairclough, considerando que os dados selecionados do corpus constituem-se de enunciados curtos e, especialmente, levando

em conta os objetivos desta pesquisa, a análise textual empreendida focalizou os aspectos que se relacionam com o significado representacional, que se liga à função ideacional da linguagem (Halliday, 1991) e com os sentidos ideacionais. Assim, enfatizamos o papel do discurso na significação e na referência, o que justifica explorar-se – dentre as categorias propostas por Fairclough – o vocabulário.

Lembramos, conforme já foi posto, que a análise de vocabulário proposta por Fairclough abrange três categorias: o sentido das palavras, a lexicalização e a metáfora. Salienta-se que, na análise dessas categorias, cuidou-se para não dissociar o linguístico do social.

A seguir, interpreta-se as escolhas feitas pelos produtores dos fragmentos selecionados. Iniciou-se pela categoria sentido das palavras, cuja análise alicerçou-se também nos dicionários de Língua Portuguesa de Ferreira (1999) e Michaelis (2009), e no dicionário de Negócios, de Lacombe (2009). A lexicalização e a metáfora serão abordadas de acordo com a natureza do segmento investigado e no momento no qual a análise dessas categorias parecer procedente.

Observe-se a análise dos excertos (01), (02), (03), (04) e (05), a seguir:

(01): **Supervisores**: “Estes homens têm necessidade de passar a maior parte de seu tempo na seção de planejamento, porque devem estar ao lado dos registros e dados que continuamente usam em seu trabalho e porque este trabalho requer tranquilidade de ação. A natureza humana é de tal sorte que muitos operários, **abandonados a si mesmos**, dispensam pouca atenção às instruções escritas. Assim torna-se necessário designar **instrutores**, chamados **chefes funcionais**, para observar se os trabalhadores entendem e aplicam as instruções”.( Taylor, 2011, p. 90).

(02): “Um só **chefe** e um só programa para um conjunto de operações que visam ao mesmo objetivo” (Fayol, 2011, p. 49).

(03): “Constitui a hierarquia a série dos **chefes** que vai da autoridade superior aos agentes inferiores” (Fayol, 2011, p. 49).

(04): “A iniciativa de todos, unida à do **chefe**, e, se necessário, suprimindo-a, é uma grande força para as empresas. (...) um **chefe** que sabe induzir seu pessoal ao espírito de iniciativa é infinitamente superior a outro que não o sabe”(Fayol, 2011, p. 62).

(05): “A **autoridade** consiste no direito de mandar e no poder de se fazer obedecer. Distingue-se, num **chefe**, a autoridade estatutária ou regimental inerente à função e a autoridade pessoal, derivada da inteligência, do saber, da experiência, do valor moral, da aptidão de **comando**, dos serviços prestados etc. Num bom **chefe**, a **autoridade pessoal** é o complemento indispensável da **autoridade estatutária**. Não se concebe a autoridade sem a responsabilidade, isto é, sem a sanção – recompensa ou penalidade – que acompanham o exercício do poder. A responsabilidade é um corolário da autoridade, sua consequência natural, sua contrapartida indispensável. (Fayol, 2011, p. 45).

Observem-se as palavras **supervisores**, **instrutores**, **chefe** e **autoridade** – e ainda as palavras **supervisionar** e **adestrar**, que, mesmo não aparecendo de maneira explícita nos excertos em tela, se mostraram necessárias à execução da análise. A primeira, para esclarecer melhor o significado de supervisores e a segunda não apenas porque apareceu como significado de instrutores, mas por ser revestida de carga semântica negativa.

Comparando-se os significados das palavras mencionadas, registrados nos dicionários, com o sentido com que foram usadas no texto, constata-se que há uma grande aproximação semântica entre elas, a saber:

- No trecho (01), em síntese, Taylor define **supervisores** como homens que planejam, avaliam registros e dados e que designam chefes para observarem os trabalhadores, o que vai ao encontro dos significados dicionarizados por Ferreira (1999) e Michaellis (2009), os quais podem ser sintetizados como aquele que supervisiona ou supervisa, que dirige, orienta, inspeciona em plano superior. Da mesma maneira, esses significados também se relacionam à opinião de George Jr.(1974). Para esse autor, o **supervisor** nada mais era que um controlador, cuja função seria verificar se as tarefas estavam sendo desenvolvidas de acordo com os padrões fixados para, caso contrário, as devidas providências serem tomadas.

Se **chefe** significa aquele que tem autoridade, que chefia, que dirige, e **autoridade**, como o próprio Fayol define no trecho (05), consiste no direito de mandar e no poder de se fazer obedecer – sentido igual ao sentido dicionarizado por Ferreira (1999) e Lacombe (2009) – então,



pode-se afirmar que chefe, nesse contexto, é aquele que tem o poder de mandar e de se fazer obedecer. E mais: se a capacidade de coagir ou de estabelecer uma relação de domínio sobre os outros, na produção de “efeitos desejados” ou no controle das ações dos outros constitui a origem do poder, como defende Srouf (1998), pode-se inferir que a palavra chefe foi utilizada com o sentido de designar o indivíduo que detém o poder de coagir, de dominar, enfim, de controlar as ações e os resultados de outras pessoas. (Barros, 2013).

Salienta-se que a concepção de autoridade regimental a qual norteia os fragmentos ora analisados, além de se aproximar dos significados dicionarizados, muito se assemelha ao conceito de autoridade racional legal ou burocrática, de Weber (2002), fato ilustrado pela indissociabilidade entre autoridade regimental e responsabilidade, aspecto que marca também a concepção de autoridade racional legal.

Isso posto, ancora-se na afirmação de Fairclough (2001b) de que as escolhas das palavras feitas pelos produtores, bem como as decisões, não são de cunho puramente individual. Isso porque os significados das palavras e a lexicalização de significados são questões variáveis socialmente e socialmente contestadas, enquanto facetas de processos sociais e culturais mais amplos.

Diante disso, é válido lembrar que os textos em análise são de autoria de Taylor e Fayol, ambos representantes-mor das Teorias Clássicas da Administração, surgidas em meados do séc. XX. Essas teorias tinham como objetivo comum a busca pela eficiência organizacional, caracterizando uma visão mecânica da organização, na qual o operário é visto apenas como um complemento da máquina. É importante trazer à tona também a Teoria X, de McGregor, originada a partir das atitudes gerenciais das Teorias Clássicas, que, segundo o autor, fundamentavam-se numa visão tradicional da administração, mecanicista e pragmática.

A Teoria X ancora-se em várias conjeturas, consideradas distorcidas, a respeito do comportamento humano. Primeira: as pessoas são indolentes e preguiçosas por natureza e, quando trabalham, fazem-no o menos possível em troca de recompensas salariais. A atenção dada pela



gerência à produtividade e a coisas afins ilustra bem uma crença subjacente de que a gerência deve neutralizar a natural tendência humana à fuga do trabalho. Para muitos gerentes, afirma o autor, esse pressuposto é evidente e incontestável. Segunda: é tão intensa a aversão humana ao trabalho que a ameaça de punição é necessária para que a maioria dos trabalhadores se empenhe para a conquista dos objetivos organizacionais; as promessas de recompensas não produzem o mesmo efeito que as possibilidades de punição. Terceira: geralmente as pessoas preferem ser dirigidas, evitam responsabilidades, são pouco ambiciosas e, além disso, querem garantia acima de tudo. (McGregor, 1999).

Percebe-se que a primeira e a segunda premissa da Teoria X são facilmente identificadas nos segmentos do trecho (01) e do trecho (05), respectivamente.

Infere-se, então, que a escolha das palavras **instrutor** e **autoridade** não foi aleatória, haja vista que a concepção que Taylor tinha do trabalhador era de uma pessoa preguiçosa que precisava ser fiscalizada para poder executar a tarefa que lhe foi designada. Mais ainda: precisava ser ameaçada. Para reforçar esse posicionamento, vejamos o trecho (06), também de Taylor:

(06) “(...) o trabalhador vem ao serviço, no dia seguinte, e em vez de empregar todo o seu esforço para produzir a maior soma possível de trabalho, quase sempre procura fazer menos do que pode realmente – e produz muito menos do que é capaz. [...] Se ele se interessasse por produzir maior quantidade, seria perseguido por seus companheiros de oficina, com mais veemência, do que se tivesse revelado um traidor no jogo. (...) afastando este hábito de **fazer cera** em todas as suas formas e encaminhando as relações entre empregados e patrões, a fim de que o operário trabalhe do melhor modo e mais rapidamente possível em íntima cooperação com a gerência e por ela ajudado, advirá, em média, aumento de cerca do dobro da produção de cada homem e de cada máquina.” (Taylor, 2011, p. 26-27)

Outra marca singular no vocabulário desse fragmento é o uso da metáfora “**fazer cera**”, que também ilustra a relação existente entre as práticas sociais e as práticas discursivas na esfera organizacional. As metáforas – como discutido no item 2.2, não funcionam apenas para embelezar discursos. Como asseveram Lakoff y Johnson (2012) e Fairclough (2001b), ao

escolhermos uma metáfora, em meio a tantas outras, para significar uma determinada coisa, construímos nossa realidade de uma maneira e não de outra. Assim, a maneira como um domínio particular da experiência é metaforizado constitui-se um dos traços definidores no interior das práticas discursivas e além dessas práticas.

No entanto, salienta-se que tais escolhas e o entendimento delas são orientados por aspectos culturais. Desse modo, verifica-se o aspecto ideológico do uso da metáfora em tela que remete para a concepção que a Teoria Clássica da Administração tinha sobre o trabalhador: a do operário preguiçoso, com produção inferior ao que efetivamente poderia realizar, visão apontada pela Teoria “X”, de McGregor. No entanto, alicerçados na afirmação de Fairclough (2001b) de que “todos os tipos de metáfora necessariamente realçam ou encobrem certos aspectos que se representam”, defende-se que, nesse caso, a expressão metafórica “**fazer cera**” encobre (ou tenta camuflar) a concepção de trabalhador preguiçoso, apontada acima. A metáfora “**abandonados a si mesmos**” reforça essa intenção de acobertar o que ela, de fato, representa. A análise do fragmento (01), do qual a metáfora em questão faz parte, permite inferir que ela significa estar sem chefe, sem comando, sem ter quem os vigie. Em síntese, a opção pelas duas metáforas em discussão encobre o que elas realmente representam.

No tocante à palavra **instrutor**, que pode significar aquele que dá instruções, que ensina ou que adentra, o último significado despertou curiosidade. **Adestrar** significa, de acordo com Ferreira e Michaellis, amestrar, ensinar, treinar, tornar destro (p ex, as faculdades da mente, as partes do corpo etc.), guiar, exercitar (p ex, o cavalo). Correntemente, **adestrar** é um termo mais utilizado quando se trata de animais, a exemplo de cavalo, apontado no dicionário. Analisemos o segmento (07):

(07): “– Se você é um operário **classificado** deve fazer exatamente o que este homem lhe mandar, de manhã à noite. Quando ele disser para levantar a barra e andar, você se levanta e anda, e quando ele mandar sentar, você senta e descansa. Você procederá assim durante o dia todo. E, mais ainda, sem reclamações. Um **operário classificado** faz justamente o que se lhe manda e não reclama. Entendeu?” (Taylor, 2011, p. 46)

Nesse trecho, a visão que a Teoria Científica tem do operário – de que ele realmente é um animal – é explícita. Constata-se, portanto, que o vocábulo instrutor foi utilizado com o sentido de aquele que adentra. É nítida, nesse fragmento, a concepção de poder disciplinar de Foucault (2011), que se liga diretamente ao adestramento, cujo produto seria o homem que atenderia aos objetivos da sociedade industrial. Esse trabalhador deve obedecer, sem direito a nenhuma contestação, às ordens de seu instrutor, o que aponta a nítida separação entre o pensar e o executar. Em resumo, os operários, responsáveis pela execução das tarefas, não precisavam refletir, pensar a respeito do que iriam fazer, tarefa destinada aos administradores, os quais pensariam pelos operários.

Esse aspecto associa-se à “divisão do trabalho”, apontada (e também criticada) por Marx e Engels, que indicam-na como um dos fatores responsáveis pelo beneficiamento de uma classe em detrimento da outra. De acordo com os autores, essa divisão faz com que a atividade humana seja um poder que o subjuga em vez de ser um poder que o beneficie.

Essa concepção do homem como animal pode ser comprovada pela tendência, no discurso de Taylor, de comparar o trabalhador aos animais de grande porte, como registrado nos trechos (08), (09) e (10) a seguir:

(08): “[...] Ora, o único homem entre oito, capaz de fazer o trabalho, não tinha em nenhum sentido característicos de superioridade sobre os outros. Apenas era **um homem de tipo bovino** – espécime difícil de encontrar e, assim, muito valorizado. Era tão **estúpido** quanto **incapaz** de realizar a maior parte dos trabalhos pesados. [...] (p.30)

(09): “[...] Um dos primeiros requisitos para um indivíduo que queira carregar lingotes de ferro como ocupação regular é ser **tão estúpido e fleumático que mais se assemelha em sua constituição mental a um boi** que a qualquer outra coisa. [...] (p.66)

(10): “[...] Este trabalho é tão grosseiro e **rudimentar** por natureza que acredito ser possível treinar um **gorila inteligente** e torná-lo mais eficiente que um homem no carregamento de barras de ferro. [...] (p.53)

Nestes trechos evidencia-se uma síntese das concepções da Teoria Científica da Administração a respeito do trabalhador. O homem é comparado ao animal não apenas fisicamente, mas também na rudeza e na falta de raciocínio, chegando, inclusive, a ser classificado como menos capaz que um gorila inteligente. Além disso, o adjetivo **fleumático**, que pode significar impassível e insensível a sofrimento e a dor, pode ter sido usado por Taylor como justificativa para explorar o trabalhador de maneira “animalesca”. Somam-se ao adjetivo **fleumático** outros adjetivos – estúpido, rudimentar e incapaz – que reforçam esta característica do discurso de Taylor de reduzir o operário a um ser irracional, cuja serventia é dar lucros às empresas.

Outro traço que merece atenção são as lexicalizações alternativas a “operários”. Nos excertos (01), (06) e (07), Taylor utilizou as palavras “**trabalhador(es)**”, “**empregados**” e a expressão “**operário classificado**”. Já nos fragmentos (01), (03), (04) e (05), de autoria de Fayol, as lexicalizações alternativas são “**agente**”, “**agentes inferiores**” e “**pessoal**”. Considerando que lexicalizações diferentes remetem a sentidos diferentes, inicia-se apresentando os significados dicionarizados para essas palavras.

Os significados que os dicionários consultados disponibilizam permitem deduzir que as lexicalizações realizadas por Taylor, para a palavra “operários”, não apresentam alteração de sentidos, uma vez que, semanticamente, as palavras utilizadas possuem significados semelhantes. Todavia, as lexicalizações feitas por Fayol, não obstante apresentarem algumas diferenças de significados em comparação com as utilizadas por Taylor, apontam, em análise realizada sobre elas, uma tentativa de mascarar a ideologia que permeia a utilização desse recurso. As palavras “pessoal” e “agente(s)” – confrontadas com “operário(s)”, “trabalhador(es)” e “empregado(s)” – aparentemente possuem carga semântica mais “positiva”. Mesmo quando Taylor usa o substantivo “classificado” para modificar o substantivo “operário”, o próprio autor define o “operário classificado”. Em síntese; “(...) Um **operário classificado** faz justamente o que se lhe manda e não reclama”. Ou seja, um operário classificado obedece cegamente ao chefe, a fim de não receber as punições determinadas para esse tipo de desobediência. Essa definição esvazia qualquer possibilidade de se atribuir a “operário classificado” um sentido elogioso.

Da mesma maneira, Fayol, ao utilizar as palavras “**pessoal**” e “**agente**”, mesmo que tenha sido numa tentativa de dar um sentido menos pejorativo às palavras que designam os operários, não obteve êxito, pois, ao mesmo tempo em que usa, no trecho (02), a palavra “**agente**”, no trecho (04), ele utiliza a expressão “**agentes inferiores**”. Esse fato reforça a questão de as escolhas não serem aleatórias, mas consequência de questões ideológicas arraigadas culturalmente em determinados períodos. Também não são individuais, são determinadas socialmente e mais que isso: são formas de hegemonia.

Observe-se como, no trecho (11), Taylor, ao tentar justificar a rudeza com que o operário é tratado, acentua a concepção do operário como um ser “inferior”, incapaz de pensar – “um homem de mentalidade limitada” – ao mesmo tempo em que deixa vir à tona a influência do conceito de homo economicus, especialmente, no trecho “**prender sua atenção sobre o alto salário que ele desejava**”.

(11): “Este diálogo pode parecer um pouco áspero. E, de fato, seria, se aplicado a um mecânico educado ou mesmo a um trabalhador inteligente. Com um homem de mentalidade limitada como Schmidt, é realmente o adequado, visto que eficiente em **prender sua atenção sobre o alto salário que ele desejava** e, ao mesmo tempo, em desviá-lo do trabalho maior que, percebido, o levaria a considerar a tarefa como impossível.” ( Taylor, 2011, P.46)

Esse trecho ilustra a metáfora do jogo do xadrez de Stoner e Freman (2010), discutida anteriormente, que aponta para a face negativa do poder, por comparar as pessoas a peões de xadrez a serem usados ou sacrificados de acordo com a necessidade da empresa.

Entende-se, portanto, que a concepção de poder que embasa as práticas discursivas das Teorias clássicas da Administração é a de poder coercitivo, ou poder disciplinar, que pode ser identificada, mais especialmente, pelos trechos (01), (06), (07) e (11).

Outro conceito que permeia a prática organizacional da Teoria Científica é o de homem econômico – que pressupõe que toda pessoa é intensamente influenciada por recompensas salariais, econômicas e materiais. O plano salarial defendido pela Teoria Científica da

Administração era embasado por esse conceito, que faz com que o trabalhador se empenhe o máximo para render o que é fisicamente possível, a fim de conseguir ganhar melhor. Observe-mos o trecho (12), a seguir:

(12): “– Schmidt, você é um carregador de barras de primeira ordem e conhece muito bem o seu serviço. (...) Acreditamos que se você realmente quiser, carregará 47 toneladas por dia, em vez de 12 ½ toneladas”. (Taylor, 2011, p. 46)

De fato, percebe-se no discurso de Taylor a intenção de influenciar o operário (Schmidt) a render mais no trabalho, despertando o aspecto empresarial da ação de Schmidt, ao mostrar que esse poderia ganhar bem mais, caso se esforçasse para produzir mais, aspecto muito bem representado no trecho (12). Essa intenção de fazer com que o operário aumente o rendimento no trabalho relaciona-se ao objetivo do poder que, segundo Foucault, é ao mesmo tempo econômico e político, uma vez que busca o aumento da utilidade econômica dos homens e a redução dos perigos políticos que eles possam representar, isto é, fortalecer a força econômica e enfraquecer a força política. Como resultado, tem-se o indivíduo que atende ao funcionamento e à manutenção da sociedade industrial capitalista.

Esse aspecto observado por Foucault dialoga com a análise que Eagleton faz sobre o que Marx nomeia “coerção do econômico”. Percebe-se que a estratégia de oferecer “benefícios tangíveis” – no caso dos fragmentos analisados, por meio do convencimento de que, se eles produzirem mais, ganharão mais – é usada com o objetivo de conseguir que os subordinados produzam mais. Não há nesses discursos indícios de que isso acontecesse por motivos ideológicos.

#### 4. CONCLUSÃO

Evidenciou-se no percurso analítico dos dados desta pesquisa que a concepção de poder disciplinar, de Foucault, norteia o discurso das Teorias Clássicas da Administração, mais precisamente o discurso de Henry Fayol e Frederick W. Taylor. A recorrência das palavras **chefe**, **instrutores**, **supervisores**, **agentes inferiores**, e **autoridade** indica o distanciamento existente

entre “superiores” e “subordinados”, relação na qual o “superior” manda e o “subordinado” obedece, marca do poder disciplinar, cujo princípio norteador é que o trabalhador deve obedecer, sem direito a nenhuma contestação, às ordens de seu instrutor, e cujo produto seria o homem que atendesse aos objetivos da sociedade industrial capitalista.

Esse aspecto também denota a separação entre o pensar e o executar, associada à “divisão do trabalho”, apontada por Marx e Engels como um dos fatores responsáveis pelo beneficiamento de uma classe em detrimento da outra. A análise também acusou um diálogo entre a concepção de poder disciplinar e o conceito de autoridade racional legal ou burocrática, de Weber, o que pode ser atestado pela indissociabilidade entre autoridade regimental e responsabilidade, aspecto que marca também a concepção de autoridade racional legal.

Ressalta-se que a escolha dessas palavras – analisadas no contexto em que elas são utilizadas – funciona como instrumento de naturalização da ideologia que considera o homem apenas um complemento da máquina – e que, portanto, não precisa pensar, mas apenas obedecer a ordens ditadas por seu chefe. Além disso, denuncia outra ideologia da época, marcadas pelas ideias da Teoria X, de McGregor, fundamentadas nas atitudes gerenciais das Teorias Clássicas, que se ancoravam numa visão mecanicista e pragmática da administração, e que concebiam o operário como preguiçoso por natureza e que, por isso, precisava ser vigiado, fiscalizado, a fim de que cumprissem suas obrigações, como exemplificam as metáforas “**abandonados a si mesmos**” “**fazer cera**”, utilizadas por Taylor.

As lexicalizações alternativas a operários, de autoria de Fayol – “**agente**”, “**agentes inferiores**” e “**pessoal**” também evidenciam a noção de poder disciplinar, haja vista que a análise desse recurso permitiu constatar-se que as lexicalizações realizadas pelo autor apontam uma tentativa de mascarar a ideologia que permeia a utilização desse recurso, haja vista que as palavras “**pessoal**” e “**agente(s)**”, aparentemente, possuem carga semântica mais “positiva”. Entretanto, a lexicalização “agentes inferiores” elimina a possibilidade de análise que aponte um sentido não pejorativo.



BATISTA, FRANCISCA DA ROCHA BARROS; UM ORDENA, OUTRO OBEDECE:  
O PODER DISCIPLINAR NO DISCURSO DAS TEORIAS CLÁSSICAS DA ADMINISTRAÇÃO  
*REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO*, Nº 4 ANO 2015, PP. 11-38

Assim, chegou-se ao fim deste estudo, acreditando-se que muito ainda há para ser investigado sobre este tema. No entanto, a investigação empreendida permitiu que se respondesse aos questionamentos feitos: a concepção que norteia o discurso das Teorias Clássicas da Administração é a de poder disciplinar, cujos princípios são coerentes com as práticas sociais do contexto socioeconômico e cultural no qual elas predominaram.

Ressalta-se, por fim, a relevância de trabalhos ancorados na ACD, uma vez que possibilitam que se desvelem sentidos escondidos nos discursos das mais diversas áreas. Defende-se, fundamentando-se em Faiclough (2001a), que o conhecimento crítico a respeito de práticas discursivas constitui pré-requisito para a cidadania democrática.



## REFERÊNCIAS

- Barros, F. R. (2013). *Do comandar ao servir: noções de poder nos discursos sobre liderança* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Chouliaraki, L. & Fairclough, N. (1999) *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburg: Edinburg University Press.
- Eagleton, T. (1997). *Ideologia: uma introdução*. (L. C. Borges e S. Vieira, Trad. São Paulo: UNESP, Boitempo. (Obra original publicada em 1997).
- Fairclough, N. (2001a). A Análise Crítica do Discurso e a Mercantilização do Discurso Público: as Universidades. In: C. M. Magalhães (Org.). *Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso* (pp. 31 - 82). Belo Horizonte, MG: FALE – UFMG.
- \_\_\_\_\_ (2001b). *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Universidade de Brasília.
- \_\_\_\_\_ (2003). *Analising discourse: textual analysis Métodos for social research*. London, New York: Routled.
- Fayol, Henri. (2011). *Administração Industrial e Geral: previsão, organização, comando, coordenação, controle*. (10ª ed. 11ª reimp.). (I. Bojano e M. Souza, Trad.). São Paulo: Atlas, 2011. (Obra original publicada em 1916).
- Ferreira, A. B. H. (1999). *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Foucault, M. (1994). *História da sexualidade: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal.
- \_\_\_\_\_ (2002). *Vigiar e punir*. (25ªed.). Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_ (2005). *A Ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.
- \_\_\_\_\_ (2011). *Microfísica do poder*. São Paulo: Edições Graal Ltda.
- George, J.R., Claude, S (1974). *Historia del pensamiento administrativo*. México: Prentice-Hall Hispanoamericana.

Gouveia, C. A. M. (2002). Análise Crítica do Discurso: enquadramento histórico. In: M. H. Mateus; C. N. Correia. *Saberes no Tempo: homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos* (pp. 335 - 351). Lisboa: Colibri.

Halliday, M. A. K. (1991). Context of situation. In: M. A. K. Hallyday, R. Hasan. (Org). *Language, Context and Text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. (pp. 3-28). London: Oxford University Press.

\_\_\_\_\_(2004). *Introduction to Funcional Grammar*. London: Hodder Arnold.

Lacombe, F. (2009). *Dicionário de negócios*. São Paulo: Saraiva.

Lakoff, G. y Johnson, M. (2012). *Metáforas de la vida cotidiana* (9ª ed.). Madrid: Cátedra.

Machado, R. (2011). Por uma genealogia do poder. In: M. Foucaul. *Microfísica do Poder*. (pp. 94 - 99). São Paulo: Edições Graal Ltda.

Marx, K. & Engels, F. (2006). *A ideologia alemã: teses sobre Feurbach* (9ª. ed.). São Paulo: Centauro.

McGregor, D. (1999). *O lado humano da empresa* (3ª. ed.). (M. M. C. Oliva, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.

Michaellis. (2009). *Moderno dicionário da Língua Portuguesa*. [Versão digital]. Recuperado de: <http://educacao.uol.com.br/dicionarios/>.

Morgan, G. (2006). *Imagens da organização* (2ª. ed.) São Paulo: Atlas.

Robbins, S. P. (1999). *Comportamento Organizacional*. Rio de Janeiro: LTC.

Srouf, R. H. (1998). *Poder, cultura e ética nas organizações* (6ª. ed.). Rio de Janeiro: Campus.

Stoner, J. A. F & Freeman, R. E. (2010). *Administração*. Rio de Janeiro: LCT.

Taylor, F. W. (2011). *Princípios da Administração Científica* (8ª. ed., 16ª. reimpressão). (A. V. Ramos, Trad.). São Paulo: Atlas. (Obra original publicada em 1911).

Thompson, J. B. (2011). *Ideologia e Cultura Moderna – Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. (9ª ed.). Rio de Janeiro: Vozes.

Weber, M. (1992). *Economy and society*. México-DF: Fondo de Cultura Económica.

\_\_\_\_\_(2002). *Conceptos básicos de sociología* (2ª ed.). São Paulo: Centauro.

Wodak, R. (2003). De qué trata el análisis crítico Del discurso (ACD). Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. In: R. Wodak & M. Meyer (Org.). *Métodos de Análisis Crítico del discurso* (T. F. Aúz & B. Eguibar, Trad.). Barcelona.

